

FORMAÇÃO TÉCNICA AGROECOLÓGICA PARA ASSENTADOS NO PONTAL DO PARANAPANEMA

Eliezs Silva Leal¹, Erika Porceli Alaniz²

¹Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE, Presidente Prudente, SP. E-mail: eliezsleal@yahoo.com.br

²Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, Campo Grande, MS.

RESUMO

A pesquisa analisa a proposta agroecológica de um programa de parceria de cursos profissionalizantes ofertados aos assentados na região do Pontal do Paranapanema. Diante dos índices negativos de demanda e elevado percentual de evasão, foram analisados os aspectos relacionados à organização do trabalho pedagógico do curso; à característica da parceria estabelecida no oferecimento da formação profissional; ao cotejamento com uma escola do MST e, ainda, à expectativa e ao acolhimento da comunidade assentada em relação aos cursos oferecidos. Por meio da coleta de dados, foram observados como resultados parciais desta pesquisa, um não atendimento às expectativas da comunidade, contradições da parceria, e dificuldade da organização do trabalho pedagógico. Trata-se de pesquisa empírica realizada por meio de entrevista grupal com alunos concluintes e evadidos do curso técnico em Agroecologia e com representantes de todos os seguimentos envolvidos na parceria no período entre 2010 e 2015.

Palavras-chave: Educação Profissional. Movimento Social. Educação e Trabalho. Evasão. Agroecologia.

AGROECOLOGICAL TECHNICAL TRAINING FOR SEATING IN THE PONTAL DO PARANAPANEMA

ABSTRACT

The research analyzes the Agroecological proposal of a partnership program of vocational courses offered to settlers in the Pontal do Paranapanema region. Faced with the negative indexes of demand and high percentage of evasion, the aspects related to the organization of the pedagogical work of the course were analyzed; to the characteristic of the partnership established in the provision of vocational training; to the comparison with a school of the MST and also to the expectation and the reception of the settled community in relation to the offered courses. Through the collection of data, partial results of this research were observed, a failure to meet community expectations, contradictions of the partnership, and difficulty in organizing the pedagogical work. This is an empirical research carried out through a group interview with graduating and evaded students of the technical course in Agroecology and with representatives of all the followings involved in the partnership in the period between 2010 and 2015.

Keywords: Professional Education. Social Movement. Education and Work. Evasion. Agroecology.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa intitulada “Formação Técnica Agroecológica no Pontal do Paranapanema” decorreu do envolvimento profissional de uma das autoras do artigo como diretora de serviços acadêmicos na Escola Técnica Estadual (ETEC) “Professora Nair Luccas Ribeiro”, localizada no município de Teodoro Sampaio e vinculada ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS).

O objeto de estudo refere-se ao curso técnico em Agroecologia oferecido pela ETEC “Profª Nair Luccas Ribeiro”, decorrente da parceria entre o CEETEPS, a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e as Prefeituras Municipais de Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha Paulista e Rosana para a profissionalização de assentados vinculados ou não ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Pontal do Paranapanema, região onde existe a maior concentração de assentamentos do estado de São Paulo. Segundo Pilla, Andrade e Marques (2013), o município de Teodoro Sampaio possui 21 assentamentos do MST divididos em, aproximadamente, 849 lotes. Tal concentração populacional no campo justificou, na perspectiva do ITESP, em 2010, a parceria entre o CEETEPS e a Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio para cursos técnicos em Agroecologia dentro dos assentamentos.

O curso técnico analisado localiza-se no assentamento Santa Zélia, no município de Teodoro Sampaio/SP, e a pesquisa considerou o período entre os anos 2010 e 2015, haja vista que a pesquisa exploratória realizada apontou um percentual médio de 68,7% de evasão, ou seja, uma taxa muito pequena de concluintes, considerando as matrículas iniciais de 80 alunos, além da evidência do pouco envolvimento no curso por parte dos assentados. Esse fato remeteu-nos à seguinte questão problematizadora: o curso técnico oferecido pela ETEC tem propiciado o aprofundamento teórico e prático em Agroecologia, tendo como referência o cotejamento com a Escola Milton Santos do MST?

A relevância deste estudo justifica-se por ser um tema ainda não pesquisado, por se tratar de um programa de parceria entre duas instituições estaduais e uma municipal para profissionalização de assentados, por lançar luz às contradições na implantação da educação profissional no atendimento das necessidades dos assentados, bem como evidenciar os motivos de evasão do curso profissionalizante, consubstanciados nos altos índices verificados nos cursos técnicos oferecidos no assentamento rural Santa Zélia, em Teodoro Sampaio. Destarte, estabeleceu-se como objetivo central desta pesquisa: analisar a proposta agroecológica de um curso profissionalizante em Agroecologia oferecido pela ETEC, sala descentralizada “Profª Nair Luccas Ribeiro”, cotejando-a com a proposta da Escola Milton Santos, a fim de identificar se a formação ofertada propicia o aprofundamento teórico e prático em Agroecologia.

O território do Pontal do Paranapanema é fortemente marcado pela atuação do MST e concentra grande parte dos assentamentos do estado. Fernandes e Ramalho (2001) mencionam que:

O Pontal do Paranapanema é a região do estado de São Paulo com maior número de assentamentos e de famílias assentadas. Nessa região foram criados assentamentos na maior parte dos municípios [...]. Essa realidade é resultado da territorialização da luta pela terra desenvolvida desde 1984 pelos sem-terra. (FERNANDES; RAMALHO, 2001, p. 247).

O curso implantado pelo projeto de parceria mencionado anteriormente foi o curso Técnico em Agroecologia que atendeu os assentamentos rurais: Santa Zélia, em Teodoro Sampaio; Santa Rosa, em Euclides da Cunha Paulista; e o de Gleba XV de Novembro, em Rosana. Conforme o discurso governamental difundido por meio do ITESP (SÃO PAULO, 2009), o curso objetivou novas práticas de agricultura aos assentados, tal como consta no Plano de curso e na Proposta curricular do Centro Paula Souza: “[...] a Agroecologia é uma nova forma de abordar a agricultura, onde a

natureza, o homem e todas as suas relações são entendidas de forma integrada, levando os agricultores a adquirirem novas posturas e novos valores” (SÃO PAULO, 2009, p. 4).

Segundo o Plano de Curso do CEETEPS:

O curso técnico em agroecologia tem como objetivo capacitar para: utilizar processos de transição de estilos de produção agropecuária menos agressivas ao meio ambiente; construir nova relação entre o homem e a natureza; aplicar ações que promovam a inclusão social e propiciem melhores condições socioeconômicas aos agricultores. (SÃO PAULO, 2009, p. 5).

A condição de diretora de serviços acadêmicos permitiu que uma das autoras acompanhasse as atividades das salas descentralizadas vinculadas à ETEC “Profª Nair Luccas Ribeiro”, em Teodoro Sampaio, conhecendo, assim, o processo de inserção de cursos técnicos nos assentamentos nos municípios de Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha Paulista e Rosana. Desse modo, por meio de estudo exploratório inicial, foi possível identificar grandes índices de evasão e pouca procura pelo curso de Agroecologia, fator que apontou o assentamento Santa Zélia, em Teodoro Sampaio, como o maior índice de evasão e, por essa razão, foi selecionado para a realização da pesquisa.

O oferecimento do curso técnico em Agroecologia orientou-se pela perspectiva técnica e pedagógica do CEETEPS e ITESP. De acordo com o ITESP, o projeto surgiu com o intuito de desenvolvimento econômico e social da comunidade, buscando sanar o êxodo sofrido do campo para a cidade, em razão da grande concentração de assentados na região do Pontal do Paranapanema. Nessa perspectiva, Pereira et al. (2003, p. 48) apontam que:

Portanto, consideramos que a formação de profissionais a partir da perspectiva agroecológica é importante, tanto para a geração de renda dos produtores assentados, quanto para recuperação do passivo ambiental herdado pelas 6.248 famílias assentadas, presentes em 112 assentamentos rurais existentes hoje na região do Pontal do Paranapanema.

Apesar de haver um grande número de famílias assentadas no Pontal do Paranapanema, em decorrência do intenso processo de luta pela reforma agrária travado pelo MST na região, o êxodo rural marcou o território, conforme explicitação feita por Fernandes e Ramalho (2001, p. 243):

[...] nas décadas de 70 e 80, auge da implantação do atual modelo econômico da agropecuária – que privilegiou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa – ocorreram os maiores índices de decréscimo da população rural. Esse modelo de desenvolvimento provocou intenso êxodo rural, quando todas as cidades do Pontal perderam grande parte de sua população rural. Nesse período, em quase todo o Brasil, a trajetória de grande parte das famílias camponesas foi em direção às cidades, desde a cidade do seu município à cidade pólo da região e rumo às metrópoles.

Outro fator marcante foram os confrontos de terras iniciados pela Lei de Terras – Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 (BRASIL, 1850) –, que obrigou a regularização de todos que possuíam propriedades, sendo muitas delas resultado de grilagem¹. Esse fato desencadeou as disputas por terras consideradas devolutas até hoje. De acordo com Leite (1981, p. 46):

Houve conflitos entre os próprios grileiros, em contenda pelas mesmas terras, e não eram raros os grandes posseiros terem a seu lado grupos de jagunços armados visando à expulsão de pequenos ocupantes. Houve época em que cada sitiante tornar-se-ia, com carabina em punho, o defensor externo da (sua) cobiçada gleba.

¹ Ato de apropriação de terras públicas por meio de documentos falsificados, como apontado por Stédile, no *Jornal da Unicamp* (ROSA, 2002).

No Brasil, um país marcado pela desigualdade social, emergiu, em meados dos anos de 1980, o MST, cujo objetivo imediato foi a ocupação de terras como estratégia de luta pela construção da reforma agrária e diminuição da desigualdade na divisão de terras brasileiras.

Neste contexto conflituoso, advindos desde o século XIX, as lutas pelas terras no Pontal do Paranapanema ainda são um fator muito marcante e presente na região (SÃO PAULO, 2010), haja vista o histórico de ocupação deste território e o início das ocupações iniciadas em julho de 1990, quando o “Movimento realizou sua primeira ocupação no Pontal, no Município de Teodoro Sampaio” (FERNANDES; RAMALHO, 2001, p. 241). Entretanto, o MST, ao lutar por reforma agrária, procurou desenvolver a organização produtiva nos assentamentos, que se deu com a criação da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) e com a implantação de cooperativas de produção (DAL RI, 2004). Além de aperfeiçoar a cooperação no âmbito da produção, houve a luta pelo direito de crianças e adolescentes à educação pública de qualidade e voltada para as necessidades dos assentados, liderada pelas mulheres do movimento que queriam garantir o acesso e a permanência na escola para seus filhos.

De acordo com Caldart (2012, p. 223):

Se a luta é uma escola de vida, então o mais razoável é que a luta também possa ter direito de entrada nessa outra escola, em tese aquela onde as pessoas entram justamente para aprender coisas que sejam importantes para a sua vida. Estão dadas aí as condições objetivas para que o MST comece a construir sua própria proposta de escola.

A citação anterior mostra-nos como se deu o processo de constituição da educação do campo na perspectiva da pedagogia do MST, visto que busca um processo educacional específico, pois, para o Movimento, a educação é fundamental para preparar a organização da produção coletiva e formar o quadro político de militantes.

De acordo com Dal Ri e Vieitez (2004, p. 45):

Como ocorre com outras organizações que divergem da ordem social capitalista, o MST percebe que o ensino oficial não atende às necessidades de formação dos seus membros, pois podemos dizer em relação à educação o que já se disse em relação à ideologia: na sociedade de classes, a educação dominante é a educação das classes dominantes, ainda que a ideologia pedagógica oficial apresente-se travestida na forma de conhecimentos, valores e habilidades universais. Nesse sentido, o IEJC foi criado para atender às características e necessidades específicas do MST, dentre as quais se destacam a formação dos militantes e quadros do Movimento.

Nesse sentido, é possível perceber que, para o MST, há a necessidade de formação técnica e política por intermédio de escolas específicas que contribuem no atendimento dos propósitos do Movimento.

MÉTODO

A presente pesquisa assenta-se na perspectiva do Método do Materialismo Histórico Dialético que, de acordo com a abordagem de Triviños (1987, p. 51), “é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida em sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade”. O materialismo histórico busca entender dimensões como a sociedade, as formações socioeconômicas, as estruturas sociais, as organizações políticas da sociedade, entre outras, sendo capaz de introduzir mudanças nas bases que as criou (TRIVIÑOS, 1987).

Em uma concepção mais ampla Triviños (1987, p. 52, grifos do autor) esclarece que:

O materialismo histórico esclarece conceitos como *ser social* (relações materiais dos homens com a natureza e entre si que existem em forma objetiva, isto é,

independentemente da consciência); “*consciência social*” (são as ideias políticas, jurídicas, filosóficas, estéticas, religiosas, etc.), assim como a psicologia social das classes etc., que se tem constituído através da história; *meios de produção*: tudo o que os homens empregam para originar bens materiais (máquinas, ferramentas, energia, matérias químicas etc.); *forças produtivas*: são os meios de produção, os homens, sua experiência de produção, seus hábitos de trabalho.

Quando trazido o enfoque dialético ao materialismo histórico, Martins (2006) esclarece que, para tal epistemologia não basta apenas constatar a funcionalidade das coisas, muito menos o estabelecimento de conexões superficiais entre os fenômenos, mas compreender “o fato histórico fundamental”. Diante da perspectiva do materialismo histórico dialético, a proposta metodológica deste trabalho consiste numa pesquisa empírica, que busca as contradições presentes na formação técnica em Agroecologia, sendo uma das instituições estadual e a outra uma escola criada pelo MST. Para isso, é necessário considerar o que é oferecido aos alunos dos cursos, ou seja, qual a perspectiva teórico-prática em que a Agroecologia é abordada, bem como as relações que os sujeitos estabelecem com o trabalho, a vida e a educação no assentamento. Tal abordagem permitiu uma visão ampliada do problema em questão, bem como orientou a coleta e análise dos dados.

COLETA DE DADOS

A coleta de dados constituiu-se das seguintes etapas: 1) Pesquisa bibliográfica; 2) Análise documental; 3) Pesquisa Empírica por meio de a) entrevistas semiestruturadas; b) entrevista grupal; e c) observação.

A pesquisa bibliográfica foi realizada mediante levantamento da literatura especializada em periódicos da área, artigos, livros, capítulos de livros e teses e dissertações. Foi realizado, em especial, o levantamento de teses e dissertações que pesquisaram a Escola Milton Santos do MST.

A pesquisa documental referiu-se aos documentos relacionados ao Convênio entre ETEC, CEETEPS e Prefeituras e o Projeto Pedagógico da ETEC.

Cabe salientar que todo o referencial bibliográfico e documental foi devidamente lido e registrado sob a forma de fichamento, a fim de ser cotejado com os dados empíricos coletados.

A pesquisa empírica foi realizada na classe descentralizada da ETEC localizada no assentamento Santa Zélia, município de Teodoro Sampaio, com membros responsáveis pela implantação, com professores da Etec e do ITESP, alunos, por membros da comunidade e MST, conforme aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), protocolo nº 2986. As entrevistas foram realizadas com: a) três líderes do MST na região do Pontal do Paranapanema, com o intuito de compreender a forma como a escola e o curso são vistos pelo movimento; b) um membro da comunidade, que relatou a constituição e as características do assentamento; c) um diretor da escola, que participou do processo de implantação do curso; d) dois professores da ETEC; e) dois professores da Fundação ITESP; f) um funcionário do ITESP responsável pelo convênio e participante da implantação; g) um secretário da educação representando a Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio, por ter participado ativamente de todo o processo. Além disso, foram realizadas entrevistas grupais com seis estudantes que frequentaram o curso no período de 2010 a 2015, sendo dois deles evadidos (um da primeira turma e um da segunda), quatro alunos concluintes (dois da primeira turma e dois da segunda). Sobre a entrevista grupal, Gondim (2003) esclarece que o entrevistador grupal exerce papel diretivo no grupo.

A observação foi realizada nos assentamentos do entorno da escola para identificar os modos de vida, o tipo de produção, entre outras características que auxiliassem a visualizar as possibilidades de relação entre trabalho e educação na formação técnica em Agroecologia.

A coleta e análise de dados por meio das entrevistas é definida por Gamboa (2003, p. 399) como uma técnica que requer a organização e interpretação *a posteriori*, pelo pesquisador, dos sentidos atribuídos pelos entrevistados

Assim quando se fala de pesquisa qualitativa se refere à coleta e tratamento de informações sem uso de análise estatística, a instrumentos como entrevistas abertas, relatos, depoimentos, documentos que não fecha a interpretação num único sentido (paráfrase), mas, permite o jogo dos sentidos (polissemia). Dessa forma, se torna necessária a elaboração, a posteriori, com base nos sentidos mais fortes e mais permanentes um quadro de conceitos ou categorias abertas que permitam a definição de um horizonte de interpretação.

Assim, os dados extraídos das entrevistas foram transcritos, tabulados e, posteriormente, organizados em eixos temáticos. Este processo possibilitou analisar as contradições existentes na formação técnica agroecológica ofertada pela ETEC em contraponto àquela praticada em uma escola do MST, bem como indicar a falta de adequação do curso aos propósitos da Agroecologia como estratégia de desenvolvimento local dos assentamentos e resistência à expansão do agronegócio na região.

RESULTADOS PARCIAIS DA PESQUISA

Foi possível identificar que a instalação da sala descentralizada do ETEC e o estabelecimento das cláusulas contratuais entre os parceiros supracitados não contaram com a consulta aos assentados sobre o interesse deles e a adequação da formação técnica agroecológica ao desenvolvimento dos assentamentos locais, assim como não houve a participação do diretor e dos professores da escola na escolha do curso e no planejamento do modelo de formação a ser ofertado pela escola de formação. Assim, a formação técnica agroecológica proposta iniciou-se sem prévio conhecimento da comunidade local onde a escola está inserida.

Recebi um comunicado do Centro Paula Souza, durante o período em que estive na direção solicitando minha participação em uma reunião com a Fundação ITESP, pois seriam implantadas as salas descentralizadas em parceria com a Fundação citada e a Prefeitura dos municípios de Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha Paulista e Rosana. Durante esta reunião fui comunicado que teria que atender os assentamentos dos três municípios neste programa de parcerias e que a minha unidade escolar em Teodoro Sampaio acompanharia a execução, prestando todo respaldo previsto no convênio. Foi estabelecido que deveria ser o curso de Agroecologia, as responsabilidades de cada instituição, assinamos o convênio e só depois começamos a divulgar nos assentamentos o curso escolhido e o período de inscrição (Diretor da ETEC, 7 mar. 2017).

O curso técnico em Agroecologia, realizado no assentamento Santa Zélia, foi implantado com objetivos não muito claros à comunidade, como por exemplo, a falta de entendimento do significado do curso, conforme relato da aluna ACMB (6 abr. 2017):

Bom, eu na verdade quando entrei não sabia de nada, eu vim assim, vim interessada em saber né, porque eu não tinha ideia nenhuma do que seria". Outro relato mostra que a aluna passou a ter interesse depois da visita de divulgação em sua escola e então resolveu ver como era o curso: "Foram lá na Ribeirão Bonito, na E.E. Professor Francisco Ferreira de Souza. Aí eu pensei: vai ser bom, eu vou fazer um curso, vai ter o curso aqui e quando terminar os estudos, às vezes eu posso conseguir um emprego de acordo com o curso que eu fiz. Aí eu me interessei (Aluna PRS, 6 abr. 2017).

Mesmo alguns moradores não entendendo exatamente do que se tratava o curso, a falta de perspectiva do que fazer com a conclusão do curso acabou provocando desmotivação nos

alunos, muitos buscaram o curso à procura de trabalho, nem todos estavam ali para aplicar os métodos agroecológicos em seu lote, a exemplo da aluna PRS (6 abr. 2017): *“Não me formei no curso, apenas no ensino médio, aí eu tenho vontade quem sabe mais para frente fazer faculdade, trabalhar, arrumar emprego”*.

Atrelados às expectativas dos estudantes estavam também os problemas ocorridos na escola durante o período em que a mesma funcionou com o curso de Agroecologia. Durante o funcionamento do curso, nos anos de 2010 a 2013, foram inúmeros problemas de infraestrutura ocorridos que dificultaram o andamento do curso.

[...] a primeira turma, assim que a gente começou, muita gente ficou sem transporte, sem comida, muita gente vinha a pé, vinha de carro, fazia vaquinha para comprar combustível, e lá para eles da escola estadual do assentamento, lá em cima eles tinham transporte tinha tudo, e a gente sofrendo, ninguém olhou para esse lado, para gente (Aluno DPN, 6 abr. 2017).

A fala do aluno retrata uma crítica a um dos participantes desta parceria, a Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio, que era responsável pelo transporte e alimentação e não cumpriu com o que havia acordado. Isso levou os estudantes a promoverem um rateio para conseguirem frequentar as aulas, pois, muitas vezes, ficaram sem transporte e alimentação.

Os estudantes enfrentaram também dificuldades com o local onde as aulas seriam desenvolvidas, pois, com frequência, as aulas práticas eram iniciadas na propriedade de um dos membros da comunidade e, posteriormente, estes proprietários não autorizavam mais o uso do lote.

[...] às vezes a gente tinha que, por exemplo, fazer um canteiro de horta, a gente teve que pedir para o vizinho, ali deu uma confusão com eles, a gente plantou e a gente perdeu tudo, porque ele não deixou mais. Na época ele passou o trator né, nas coisas, tudo o que a gente tinha plantado a gente perdeu, tudo (Aluna ACM, 6 abr. 2017).

O professor da ETEC, que atuou na parceria naquele período, sintetizou os principais problemas na sua perspectiva:

Havia, no início, ajustes que prejudicaram em muito o desenvolvimento das aulas:

- *Instalações elétricas deficitárias;*
- *Falta de ambiente para realizar alimentações;*
- *Falta de funcionários para manter limpeza do local;*
- *Dificuldade em agendar aulas práticas, pois os técnicos do ITESP, além de se disponibilizarem para as aulas, tinham que atender as demandas de seus cargos, o que muitas vezes os impediam de realizar as aulas marcadas;*
- *Problemas de transporte;*
- *Demora na instalação/disponibilidade de internet (Professor H da ETEC, 24 mar. 2017).*

Torna-se evidente que os problemas de infraestrutura da escola foram inúmeros, como: o transporte para o deslocamento dos estudantes para as aulas teóricas e práticas, problemas elétricos citados pelo professor, falta de pessoal para manutenção e higienização do local, alimentação indevida, entre outros.

Durante a realização da pesquisa, foi identificado que os professores e técnicos que trabalharam como formadores no curso não tinham formação e nem conhecimento prévio sobre a Agroecologia. Ao considerar a formação em nível de graduação dos docentes do curso e em outros cursos complementares, identificou-se que a Agroecologia, que é uma área científica ainda em construção, não havia sido contemplada na formação. O desconhecimento dos docentes demonstra a insuficiência teórica dos conteúdos abordados relacionados à Agroecologia.

É, de Agroecologia no meu curso não teve nada, como você sabe, eu fiz Agronomia, mas eu soube que agora eles estão trabalhando agroecologia no curso, porque quando eu dei aula nessa sala tudo eu tive que pesquisar e eu também já tinha noção porque minha família também possui um sítio (Professor H da ETEC, 24 mar. 2017).

Outro aspecto contraditório é que o gestor do convênio da Fundação ITESP afirmou que os técnicos que atuaram na parceria já possuíam conhecimento de Agroecologia porque a instituição incentivava as práticas agroecológicas dentro dos assentamentos. Entretanto, o discurso dos técnicos do ITESP é totalmente diferente, pois esclarecem de forma detalhada que era incentivado práticas voltadas ao uso de produtos químicos.

De acordo com o gestor do convênio ITESP (15 mar. 2017):

[...] os técnicos da Fundação Itesp incentivam o trabalho agroecológico. Com a implantação do curso ajudou na conscientização e no aprimoramento da prática de trabalho junto aos muitos jovens dos assentamentos, que levam a experiência adquirida para dentro do lote onde moram e trabalham com seus pais.

Contudo o técnico do ITESP atuante na parceria asseverou:

[...] na minha formação mesmo eu não tive nada, tudo o que eu sei de Agroecologia foi de cursos paralelos que eu fiz, porque já que presto assistência técnica dentro dos assentamentos eu tenho que ter uma noção. Mas dentro do ITESP também nem existe tanto incentivo para a Agroecologia, porque trabalhamos muito com venenos e mais venenos, infelizmente é arriscado demais levar para os produtores apenas técnicas agroecológicas, porque somos cobrados. Se alguma coisa der errado dentro de um desses lotes a gente acaba se comprometendo (Técnico do ITESP, 7 abr. 2017).

As falas do gestor do convênio do ITESP e a fala do técnico do ITESP mostram que há uma contraditoriedade quanto à forma de trabalho dentro dos assentamentos. O gestor salienta o uso de técnicas e incentivo ao cultivo agroecológico e, em contraposição, o técnico ressalta que é uma responsabilidade muito grande trabalhar com os assentados apenas práticas agroecológicas, o que indica que a utilização da Agroecologia decorre mais de um compromisso individual dos técnicos do que de uma prática instituída e orientada pelo ITESP para a formação dos assentados.

Outro fator que evidencia a não prioridade da formação em Agroecologia foi a substituição do curso, em 2015, pelo curso de Agronegócio, abordagem teórica e prática totalmente oposta ao que se ensinava antes. A escola técnica do assentamento Santa Zélia teve início em 2010 com o curso de Agroecologia e funcionou com este curso até o ano de 2013, após ser fechada durante um ano e meio, com a justificativa de muita evasão, retornou, em 2015, com o curso de Agronegócio.

CONCLUSÕES

A análise da formação técnica em Agroecologia implantada pela ETEC no assentamento Santa Zélia indica ser bastante diferente da formação em Agroecologia realizada nas escolas próprias do MST. Nas escolas técnicas em Agroecologia do MST, como é o caso da Escola Milton Santos (SANTOS, 2015), há a preocupação com a história de luta do Movimento; valoriza-se a soberania alimentar e não a acumulação do capital com base na exportação de *commodities*; utiliza-se técnicas de cultivo que fortaleçam a agricultura camponesa e contraponham-se àquelas utilizadas pelo agronegócio, com base na aplicação de agrotóxicos; instaura-se no diálogo com a comunidade em torno das metodologias e objetivos formativos, técnicas de cultivo, entre outros aspectos.

Com base nos dados parciais presentes neste artigo foi possível entender que, ao implantarem o curso técnico em Agroecologia, as três instituições envolvidas no convênio não se preocuparam em consultar a comunidade, tampouco em verificar as expectativas dos assentados aos quais o curso se destinaria, visto que os entrevistados indicam que eles não tinham entendimento do que realmente se tratava o curso e resolveram iniciá-lo com o intuito de obter colocação no mercado de trabalho.

Houve dificuldade na organização do trabalho pedagógico relacionado à falta de infraestrutura e de planejamento entre os membros do convênio. Além disso, os docentes da ETEC não possuíam formação específica em Agroecologia, assim como os técnicos do ITESP não eram incentivados e orientados a desenvolverem técnicas agroecológicas com os alunos, o que demonstra a insuficiência teórica do curso.

Portanto, a pesquisa realizada indicou que o curso técnico em Agroecologia teve inúmeras dificuldades para promover o aprofundamento teórico e prático dos estudantes assentados matriculados e que permaneceram no curso.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 out. 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso: 26 mar. 2017.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DAL RI, N. M. **Educação democrática e trabalho associado no contexto político-econômico do movimento dos trabalhadores rurais sem terra**. 2004. 316 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. A educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 44-57, maio/jun./jul./ago. 2004.

FERNANDES, B. M.; RAMALHO, C. B. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 239-254, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300018>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

GAMBOA, S. A. S. Pesquisa qualitativa: superando tecnicismo e falsos dualismos. **Contrapontos**, Itajaí, v. 3, n. 3, p. 393-405, set./dez. 2003.

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 24, p. 149-161, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v12n24/04>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

LEITE, J. F. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**. 1981. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 1981.

MARTINS, L. M. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29., 2006, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG: ANPED, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT17-2042--Int.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

PEREIRA, E. et al. Formação em agroecologia na região do Pontal do Paranapanema – SP: resultados preliminares da parceria do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) com o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). **Revista Neagro**, 2003. Disponível em: <http://www.revista.neagro.com/Rneagro/Artigos/05_Agroecologia.pdf>. Acesso em: 17 set. 2015.

PILLA, M.; ANDRADE, M. R. O.; MARQUES, A. P. **Fundação ITESP**: sua história e realizações, evolução das políticas agrárias e fundiária no Estado de São Paulo. São Paulo: ITESP, 2013.

ROSA, J. M. Grilos e Grilagem – A história da apropriação de terras no Brasil, segundo aula de João Pedro Stédile para os jovens do MST. **Jornal da Unicamp**, Campinas, abr. 2002. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/abril2002/unihoje_ju173pag12.html>. Acesso em: 20 fev. 2107.

SANTOS, L. R. **Gestão democrática e participação na educação profissional agroecológica do MST (PR)**: limites e possibilidades de uma educação emancipatória. 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

SÃO PAULO (Estado). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. **Plano de Curso da Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Agroecologia**. São Paulo, 2009.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **MST lutas e conquistas**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2010. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20-%20MST,%202010.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.